

Ministro do STF dá 48 h para Pazuello informar quando começa imunização

Vacina em teste contra o novo coronavírus (Foto:Dado Ruvic / Reuters)

Cobrança veio após o governo encaminhar à Corte um plano de imunização sem previsão de datas e vacinas previstas para cada grupo

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o cronograma de imunização contra a covid-19 e deu 48 horas para que o governo informe à Corte a previsão de início e término das fases de vacinação. Na sexta, 11, a gestão Jair Bolsonaro enviou o plano à Corte sem prever datas nem quais imunizantes vai usar em cada grupo.

O prazo começa a correr a partir da notificação da Saúde, o que não havia ocorrido até o início da noite deste domingo, 14.

O ministério informou que “aguarda ser notificado para responder em tempo solicitado”. O documento foi entregue nas vésperas do julgamento marcado para discutir a obrigatoriedade da vacina e a apresentação, pelo Planalto, de um plano contra a doença.

O ministro é o relator de quatro ações sobre o tema. No plano, a pasta apresenta como “garantidas” 300 milhões de doses de vacinas – 180 milhões viriam do acordo com a Oxford e a AstraZeneca, 42 milhões pelo Covax, iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), e 70 milhões viriam da Pfizer, ainda em negociação.

No trecho em que lista as vacinas “já garantidas”, o governo federal não cita a Coronavac, desenvolvida pela chinesa Sinovac e o Instituto Butantã, ligado ao governo paulista de João Doria (PSDB), rival político de Bolsonaro.

Mas o plano afirma que haverá “crédito extraordinário para aquisição de toda e qualquer vacina que adquira registro de forma emergencial ou regular que apresente eficácia e segurança”. Bolsonaro prepara medida provisória de R\$ 20 bilhões para comprar e centralizar a distribuição de vacinas.

O plano não tem datas, mas contempla na 1ª fase de vacinação idosos de 75 anos e mais, profissionais de saúde, idosos de 60 ou mais em residência de longa permanência e indígenas.

Nas demais etapas estão pessoas de 69 a 74 anos, indivíduos com comorbidades, professores, trabalhadores de segurança e salvamento, e funcionários do sistema prisional. Não há previsão sobre o resto da população. Segundo o ministério, o plano será apresentado e na próxima quinta-feira, 17, e poderá “sofrer modificações durante o seu processo de implementação”.

Um grupo de especialistas que assessorou a Saúde na criação do plano – e cujos nomes estão na lista de colaboradores – divulgou nota, dizendo não ter sido consultado sobre a versão final. Ontem, a pasta disse que eles eram “convidados especiais” no debate, com papel de “cunho opinativo e sem qualquer poder de decisão”. “O ministério deveria pedir desculpas, reconhecer que se equivocaram em listar nossos nomes como elaboradores, e mandar novo documento ao STF mudando essa conotação”, disse a professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Ethel Maciel, uma das que reagiram à divulgação.

Nas redes sociais, Marcia Couto, da USP, afirmou que seu nome foi incluído sem que tenha sequer colaborado com as discussões ou participado das reuniões.

O ministério ainda rebateu críticas do grupo, que expressou

preocupação com a retirada de grupos prioritários (presidiários) e cobrou que todas populações vulneráveis sejam prioritárias, como quilombolas, ribeirinhas, privados de liberdade e pessoas com deficiência.

Pediram ainda para ampliar “o escopo para todos os trabalhadores da educação” (não só professores) e incluir outros serviços essenciais. A Saúde respondeu que todo plano de vacinação deve listar os mais vulneráveis, mas disse que mais grupos podem ser imunizados após as fases iniciais.

Antes da decisão do STF, o ministério divulgou ontem vídeo em que o secretário executivo da pasta, Elcio Franco, afirma que Doria brinca com “a esperança de milhares de brasileiros” ao prometer a vacinação. Diz que “seria irresponsável darmos datas específicas para o início da vacinação, porque depende de registro em agência reguladora”. Doria informou que só vai comentar hoje. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Por: Agência Estado

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/carreira-confira-as-areas-da-engenharia-com-maiores-salarios/>

